

ARTIGO

**O MATERIALISMO - HISTÓRICO DENTRO DA OBRA
EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL DE CAIO PRADO JR.**

Resumo

O presente artigo busca fazer a análise metodológica da obra *Evolução Política do Brasil*, de autoria de Caio Prado Jr. destacando esse primeiro esforço, do consagrado autor, na busca de uma interpretação marxista da História Brasileira, esta que acabou se tornando uma das mais importantes vertentes historiográficas do Brasil, formando inúmeras gerações posteriores. No texto estudado percebe-se um jovem que tinha a preocupação de refutar as conclusões e dogmas estabelecidos por quase um século de historiografia positivista. Ao tentar estabelecer um novo paradigma metodológico, Prado Jr. pretende fazer uma revolução na maneira como era vista e pensada a sociedade brasileira, formando um espírito crítico nos intelectuais e em outros setores sociais, para que, por meio dessa revolução, se buscasse uma reflexão sobre o Brasil de uma forma não alinhada com os tradicionais setores de poder.

Palavras-Chave:

Materialismo histórico; Caio Prado Jr.;
Historiografia brasileira.

Abstract

*This article aims to analysis of the methodological process of the work *Evolução Política do Brasil*, written by Caio Prado Jr. showing the first effort of the renowned author in construct a Marxist interpretation of Brazilian history, that turned out to be one of the most important historiographical theory of Brazil, followed by numerous later generations. In the text studied we can see a young intellectual who was concerned to refute the conclusions and dogmas established by a traditional positivist historiography from the 19th century. When he tried establish a new methodological paradigm, the author intended to make a revolution in the way that the Brazilian society was seen, creating a critical spirit in intellectual and other social sectors, and through this revolution, search a reflection about the country in a different way of the traditional sectors of power.*

Keywords

Historical materialism; Caio Prado Jr.; Brazilian historiography.

* Professor Universitário na UFRR (Universidade Federal de Roraima); doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Doutorado em Ciências Sociais: Relações Internacionais.

A obra *Evolução Política do Brasil* é mais uma das grandes obras produzidas em meados dos anos 30 do século passado, por autores que tentavam aprofundar a análise da sociedade brasileira. Neste contexto se insere *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e mesmo sendo um pouco posterior a essas duas, temos ainda de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Nesse ideal de um melhor entendimento sobre o Brasil, Caio Prado busca dar a sua obra uma nova perspectiva de análise, ainda praticamente inédito no país, o método materialista da História. Leandro Konder crê que essa obra seja a que pioneiramente tenha trabalhado no Brasil com a concepção que Marx fazia da História. O importante é que, sem sombra de dúvidas, foi Caio Prado Júnior o primeiro a pensar a sociedade brasileira nesse modelo analítico e que impulsionou esta concepção histórica, que me atrevo a dizer, ser a mais importante na historiografia brasileira atual.

Essa visão materialista foi uma concepção advinda de um embate filosófico travado por Marx contra um grupo seguidor das ideias de Hegel, que se costuma denominar de “Jovens Hegelianos”. Essa é uma polêmica muito séria até os nossos dias sobre essas diferentes versões filosóficas. Hegel defende que as pessoas não têm consciência do Espírito, isto é, a Ideologia, que as controla e que motiva a suas ações, sendo o estudo da História o estudo dos conflitos que diferentes ideologias geram entre os seres.

Já Marx observa :

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a eles correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2002, p. 19 – 20)

Essa longa citação se faz necessária para a plena diferenciação das visões de história e as bases na qual ela se faz. Engels diz que a “descoberta” da visão materialista

é de exclusividade de Marx, porém, como sabemos de sua modéstia habitual, creio ser a definição mais curta e também uma das mais completas a que Engels nos dá:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca de produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações do modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época que se trata. (ENGELS, 1985, p. 54)

Passemos agora a buscar na obra de Caio Prado Jr. Esses elementos. No primeiro capítulo, intitulado “A Colônia”, no qual ele trabalha o primeiro século e meio desde a chegada dos portugueses. Busca-se num primeiro momento explicar o porquê da colonização não só do Brasil, mas como ela é um fenômeno mundial, atrelado a uma burguesia nascente na Europa, que busca através dessa expansão um maior volume de capitais para acumularem em suas mãos. Há necessariamente que haver essa expansão para que os conflitos que daí possam vir a surgir sejam apaziguados. Tenho de em minha modesta concepção de História de que sem esse fenômeno expansionista no período das grandes navegações, os conflitos entre aristocracia e burguesia que varreram a Europa após a revolução francesa, teriam ocorrido bem antes. Mas, trata-se de uma concepção particular que não deveria nem estar citada neste trabalho.

O autor apresenta que nesse início a condição objetiva, determinada pela geografia do local, extenso litoral, gerou a necessidade de se recorrer a alguma opção, para seu aproveitamento: a condição subjetiva. Escolha esta que foi a das capitânias hereditárias, ressaltando que havia outras possibilidades a se empregar. Fez-se uma opção dentro daquelas que apresentavam as condições objetivas.

Ele também trata do fato de não ser esse colonialismo, uma expressão americana de feudalismo. Este é um dos pontos mais importantes da obra do autor, deixando clara sua interpretação de que o “colonialismo” é um empreendimento mercantil, tendo-se em conta o já destacado caráter de expansão da burguesia europeia em busca da acumulação de capitais e, de ser ele pautado na exploração necessária dessas terras. Condição essa, totalmente diferente daquelas em que se encontravam os povos europeus na Idade Média, onde quando havia a conquista de terras, essas já possuíam os seus servos e não demandavam necessariamente investimentos em produção de gêneros.

Ele traz nesse capítulo a primeira luta de classes observada na história brasileira, a dos latifundiários com os pequenos produtores. Há a percepção de que as condições geográficas beneficiam em muito a grande propriedade, porém não é apenas esse fator climático que explica a quase total ausência de pequenos proprietários em terras americano portuguesas. Além desse fator, esses latifundiários, classe dominante, utilizam-se de seu poder econômico e político para combater uma possível classe de pequenos empreendedores que pudesse vir a prejudicar os seus negócios. Ele termina ressaltando que por causa dessa vantagem dos senhorios podemos encontrar apenas duas classes sociais no Brasil nesse período: o do pequeno grupo de dominadores e o restante da população de dominados, que não tinham entre eles significativos aspectos de diferenciação.

Já no capítulo dois, também chamado de “A Colônia”, Caio Prado vê o surgimento do conflito que levará, mais cedo ou mais tarde, ao rompimento entre Portugal e Brasil. Ele já diferencia interesses dos grupos dominantes que se encontram em território americano e dos reinóis, sendo no território brasileiro desse período os burgueses, que querem assumir o controle da colônia de maneira mais efetiva. Uma característica desse processo é a decadência das câmaras municipais, o poder local que até então praticamente não sofria a interferência da metrópole e estava nas mãos desses latifundiários.

Nesse ponto, pensa o autor que nossa história começa a tomar os rumos do que se passa no cenário político mundial a partir do séc. XVII, rompendo-se aí o equilíbrio colonial.

O choque destas forças, interesses nacionais e lusitanos, no terreno econômico; autonomia local, representada pela auto-administração dos colonos, e sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da Coroa portuguesa, no terreno político; o choque dessas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dele cai resultar a nossa emancipação”. (PRADO JUNIOR, 2001, p. 44)

No capítulo três, ele utiliza a análise materialista para explicar as ditas “Revoluções”, que Caio Prado crê ser “A Revolução” que possibilita o rompimento com a estrutura colonial. Ele trabalha os fatos que geraram as mudanças mais profundas em nossa sociedade, como a vinda de D. João VI ao Brasil, não pelo simples fato de o Imperador estar aqui, mas pelas consequências que esse fato trouxe. Aspecto significativo de rompimento da estrutura colonial que depois seria magistralmente trabalhada sob uma ótica Marxista por Fernando Novais.

Caio Prado destaca as revoluções populares ocorridas no Brasil no período regencial e do segundo reinado, por acreditar terem sido essas tratadas como fatos sem maior significação social. É nesse ponto que ele revela seu lado mais político em todo o livro, de indignação e de rompimento com uma história feita pela e para a classe dominante.

Porém, infelizmente, é nesse trecho do livro em que ele busca dar vida histórica aos excluídos e tratar de uma grande revolução política em vários aspectos da vida social, que sua narrativa perde em termos analíticos marxistas.

No último capítulo da obra, “O Império”, Prado trata da crise na base produtiva causada pela abolição da escravidão, fenômeno esse que para o autor se inicia em 1850, motivado pelo interesse do grande capital inglês. Ele entende haver nesse contexto internacional uma luta, entre os interesses ingleses e os brasileiros, luta essa vencida pela força dominante, a Inglaterra, utilizando-se daqueles tradicionais artefatos que compõe a dominação, a força militar e uma legislação que justifique o emprego das armas.

Mas em termos econômicos, esse fim da escravidão trouxe a possibilidade de investimentos em outros setores da economia, transformando os rumos adotados por nossa política e economia, que tinham sido seguidos durante todo o período abordado no livro e que eram incompatíveis com o progresso. A luta entre Conservadores e Progressistas, já fadada a vitória desses últimos que além de representarem o interesse não apenas de uma classe, mas da população como um todo, eram os que estavam ao lado do rumo econômico que necessariamente deveria ter tomado.

É o retrato da situação clássica relatada por Marx, onde ele coloca que:

Num certo ponto de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações sociais de produção existentes, ou sua expressão jurídica, com as formas de propriedade no seio das quais elas estavam, até então, caladas. Formas de desenvolvimento das formas que produtivas que eram, essas relações tornam-se entraves. Então ocorre uma época de revolução social. (MARX. Contribuição à Crítica da Economia Política. In: DOSSE, 2003, p. 251)

Em nenhum momento desse período se trata do papel político do Imperador, de algum político em especial, assim como em toda a obra. Nessas opções se percebe o alinhamento bem claro do autor com um dos pontos levantados por Engels sobre o papel pessoal na História.

Em toda a obra se discute os reflexos das crises geradas pelas contradições das relações pessoais de produção. Sem sombra de dúvida Caio Prado Jr. conseguiu fundamentar sua exposição de maneira materialista, encontrando o “motor da História”

em todas as importantes mudanças sofridas pela sociedade brasileira do período estudado. Apesar do longo tempo que se passou desde a sua criação, não resta dúvida de que é um dos mais importantes estudos realizados sobre a História brasileira, seja pelo seu caráter inovador, seja por algumas conclusões que ainda podemos retirar dela.

Recebido em março de 2013, aprovado em julho de 2014.

Referências Bibliográficas:

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP e Brasiliense, 1989.

DOSSE, François. *A História*. Bauriu: EDUSC, 2003.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo: Contexto, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Global, 1985. 7ª ed.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001, 21ª ed.